



ISSN: 2675-6595

RESENHA

Revista Processus Multidisciplinar

Página da revista:

<https://periodicos.processus.com.br/index.php/multi/index>

Resenha do capítulo intitulado “As Políticas Públicas de Educação Superior para Indígenas e Afrodescendentes no Brasil: Perspectivas e Desafios”¹

Review of the chapter entitled “Public Policy of College Education for Indigenous and Black People: Challenges and Perspectives.”

ARK: 44123/multi.v6i11.1512

Recebido: 03/07/2024 | Aceito: 19/02/2025 | Publicado on-line: 20/06/2025

Vivian Cristina Pena de Mesquita² <https://orcid.org/0009-0001-3674-8227> <http://lattes.cnpq.br/8834960641085345>

UniProcessus – Centro Universitário Processus, DF, Brasil

E-mail: vivianmesquita2000@gmail.com

Resumo

Esta é uma resenha do capítulo intitulado “As políticas públicas de educação superior para indígenas e afrodescendentes no Brasil: perspectivas e desafios”. Este capítulo é de autoria de Maria das Dores de Oliveira Pankararu. O capítulo aqui resenhado foi publicado no livro “Educación Superior y Pueblos Indígenas Y Afrodescendientes en América Latina; Normas, Políticas y Prácticas”, no ano de 2012.

Palavras-chave: Educação Superior. Indígenas. Afrodescendentes. Políticas Públicas. Perspectivas.

Abstract

This is a review of the chapter entitled “As políticas públicas de educação superior para indígenas e afrodescendentes no Brasil: perspectivas e desafios”. This chapter is written by: Maria das Dores de Oliveira Pankararu. The reviewed chapter was published in the book “Educación Superior y Pueblos Indígenas Y Afrodescendientes en America Latina; Normas, Políticas Y Prácticas”, in 2012.

Keywords: College Education. Indigenous. Black People. Public Policy. Perspectives.

Resenha

Esta é uma resenha do capítulo intitulado “As Políticas Públicas de Educação Superior para Indígenas e Afrodescendentes no Brasil: Perspectivas e Desafios. Este capítulo é de autoria de Maria das Dores de Oliveira-Pankararu. O capítulo aqui

¹ Resenha de aproveitamento da disciplina TC (Trabalho de Curso), do curso *Bacharelado em Direito*, do Centro Universitário Processus – UniProcessus, sob a orientação dos professores Jonas Rodrigo Gonçalves e Danilo da Costa. A revisão linguística foi realizada por Roberta dos Anjos Matos Resende.

² Graduanda em Direito pelo Centro Universitário Processus – UniProcessus.

resenhado foi publicado no livro “Educación Superior y Pueblos Indígenas Y Afrodescendientes en América Latina; Normas, Políticas y Prácticas”, no ano de 2012.

Muito do que compõe a formação ou a experiência de uma autora contribui para a reflexão temática dos temas aos quais se propõe a escrever. Conheçamos um pouco sobre Maria das Dores de Oliveira-Pankararu.

A autora do artigo é Maria das Dores de Oliveira, nascida em Pernambuco, indígena do povo Pankararu. Em 1990, concluiu sua primeira graduação em História pela Autarquia de Ensino Superior de Arco Verde – AESA. Em 1997 cursou Pedagogia. No ano de 2001 adquiriu seu título de Mestrado em Letras e Linguística. Posteriormente, em 2006, adquiriu o título histórico de primeira mulher e indígena doutora, também em Letras e Linguística, e ambos pela Universidade Federal do Alagoas – UFAL.

Atualmente é professora da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), em Ilhéus/Bahía, onde trabalha com o povo Tupinambá, desenvolvendo atividades de políticas públicas para educação escolar. É colaboradora da ONG THYDEWA, participando na iniciativa índio educa, para subsidiar estudantes e professores sobre a realidade indígena brasileira.

O capítulo definido para resenhar: “As políticas públicas de Educação Superior para indígenas e afrodescendentes no Brasil: Perspectivas e Desafios”, está dividido nos seguintes subtítulos: Entre o real e o legalmente constituído; Por políticas públicas mais inclusivas; Perspectiva Indígena; O programa “Universidade para todos”; O ensino superior Indígena na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei n.º 9.934 (BRASIL, 1996). Novas possibilidades; Reservas de vagas a partir dos critérios socioeconômico e étnico-racial; Recomendações; Resumo; Palavras-chave; *Abstract*; *Keywords*; Introdução; Desenvolvimento; Considerações finais; e referências.

Em meio à cena política em constante mutação do Brasil, grupos que por muito tempo ficaram à margem da sociedade reivindicam seu lugar ao sol. Comunidades indígenas e negras, em particular, estão levantando a voz para garantir seu acesso e permanência nas universidades, espaços que antes eram reservados para uma elite privilegiada.

O presente livro tem como finalidade desvendar a aplicação de políticas públicas nesse meio, visualizar os progressos e constatar melhorias que os auxiliados poderão dispor para concluir com sucesso o Ensino Superior.

O debate do capítulo tem como base dados estatísticos oficiais, que dão ênfase a população indígena e afrodescendente em contrapartida à população branca, por esta última população mencionada ser a mais beneficiada em termos de ordem política, econômica e pedagógica.

O tema do capítulo foi retirado da obra “Educacion Superior y Pueblos Indígenas y Afrodescendientes en América Latina”, que em cada capítulo dá voz para um autor indígena ou negro, de um país diferente da América Latina, na missão de explorar desigualdades enfrentadas pela população que é minoria em ambientes acadêmicos de nível superior.

O tema do capítulo é: “As políticas públicas de educação superior para indígenas e afrodescendentes no Brasil: Perspectivas e desafios”. Escrito por Maria das Dores de Oliveira, indígena da tribo *Pankararu*, a primeira mulher indígena a atingir o título de doutora, explora e estuda as dificuldades que ela mesma já passou em sua jornada no ensino superior.

A resenha busca a resposta que envolve a problemática: “Quais são as origens das dificuldades entre os indígenas e negros para acessar instituições superiores e

quais são as medidas que precisam ser tomadas para defender sua entrada e permanência nesses ambientes?”.

O capítulo partiu de um pressuposto base: a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), pois para buscar alternativas para exercer a cidadania é necessário vislumbrar o que está legalmente constituído. A Constituição Federal (BRASIL, 1988) determina em seu artigo 3º e 4º, o objetivo de “erradicar pobreza, desigualdades sociais e regionais”, com “a promoção do bem de todos sem preconceito de origem, sexo, raça, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”. Contudo, o estudo mais profundo aponta a relação direta com o colonialismo e a escravidão, que limitaram e atrasaram o acesso à educação. E mesmo após todo esse período, o sistema capitalista atual segue fazendo essa mesma distinção, pois essa exclusão está inerentemente ligada ao capitalismo de uns em distinção a outros, a superioridade e a influência de uma classe em detrimento de outras.

O presente capítulo tem como objetivo geral “refletir sobre quais são as principais ações de políticas afirmativas nas universidades brasileiras, quais os processos de inserção e permanência e quais são os desafios a serem enfrentados para a consolidação dessas ações (OLIVEIRA, 2012, p. 171). Os objetivos específicos estão divididos em fases diferentes, o estudo da Constituição Federal (BRASIL, 1988), para apontar o legalmente constituído para com a realidade brasileira, o estudo do capitalismo e a relação das minorias com a desigualdade social, as “conquistas” que essas populações adquiriram ao longo dos anos nas universidades, resguardando seu direito ao acesso. O reconhecimento da Fundação Nacional aos Povos Indígenas no apoio financeiro para a entrada e a permanência nas universidades públicas e privadas, e discutir sobre a Reserva de Vagas às universidades para populações que possuem insuficiência financeira, aos povos originários e afrodescendentes.

A temática da presente pesquisa contou com a justificativa social. Estudar a exclusão das populações indígenas e afrodescendentes e como a sua alavancagem nas Universidades afeta os beneficiados delas em suas comunidades, ou fora delas, ou seja, em expectativa de vida. O depoimento a seguir feito por Estevão Taukani, evidencia a importância:

[...] vi que finalmente fui aprovado para ingressar na Universidade [...] falei a todos sobre a importância do povo Bororo estar representado no 3º Grau Indígena, e que a formação dos professores no projeto serviria futuramente para benefício da comunidade. [...] acredito que todos que estavam ali traziam consigo uma responsabilidade firmada com seu povo (TAUKANE, 2003, p. 15).

Marcos Sabará, do povo Tingui-Botó de Alagoas, representante da Associação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo [APOINME], também disse:

Apenas há pouco tempo os indígenas conseguiram ultrapassar esse muro [da Universidade] que é largo, grande, difícil. Foram muitas discussões e momentos para que este momento pudesse acontecer. O movimento indígena tem muita esperança de que somente ocupando determinados lugares estratégicos para fazer valer, fazer acontecer o direito dos povos indígenas, lideranças tradicionais, lideranças políticas, lideranças espirituais e a força dos estudantes indígenas para defender o nosso direito (CINEP, 2008, p. 1).

A metodologia utilizada para a construção da pesquisa no presente capítulo foi a estatística e a aprendizagem experiencial, pois a análise de dados oficiais voltada para afrodescendentes e indígenas foi a base para o início da discussão, comparando as duas populações, com a população branca num contexto social, político, educacional e econômico para demonstrar a falta de igualdade nos meios já citados,

partindo sempre de estudos com literaturas que retratam o tema programas e projetos sociais no Ensino Superior.

No primeiro subtítulo do capítulo, a autora de forma detalhada e clara, compara e explica a diferença entre a realidade e o atraso de oportunidades igualitárias para todos e o que a Constituição Federal (BRASIL, 1988) defende. Em seus primeiros artigos, a Carta Magna (BRASIL, 1988) adota o igual tratamento de todos com o repúdio aos crimes como racismo e preconceito. Entretanto, pela tardia abolição da escravidão e por outros fatores decorrentes disso, juntamente ao nosso sistema econômico atual (capitalismo, que visa o benefício de uns em detrimento de outros), a dificuldade de acessos, oportunidades financeiras, educacionais e profissionais para as pessoas indígenas e afrodescendentes formam a realidade da sociedade, por mais injusta que pareça.

No segundo subtítulo do capítulo, Maria Pankararu, de forma relevante, faz alusão às políticas públicas que já existem e a falta de preparo das universidades para receber os estudantes que precisam usufruir desses projetos. Por meio de relatos que a autora reúne, diversos alunos indígenas explicam os preconceitos e a visão deturpada que outros alunos têm.

O terceiro subtítulo da autora capta a essência da realidade indígena, na qual o progresso não se trata apenas de crescimento pessoal, mas de toda a comunidade, pois o sucesso de um só indígena é a vitória de todos. Algumas pessoas costumavam pensar que os povos indígenas não podem sair das suas aldeias e não podem experimentar a vida fora do que a sociedade considera normal. Mas, isso não é verdade.

Os primeiros sucessos são descritos pela autora de maneira concisa e detalhada no quarto subtítulo. Conforme já mencionado, as primeiras conquistas em prol da igualdade para todos surgiram com a Carta Magna (BRASIL, 1988). No entanto, a escritora ressalta que só se pode falar em igualdade quando toda a população compartilha a mesma realidade, metas e responsabilidades, e lamentavelmente os povos indígenas não estão nesse mesmo patamar. Todavia, a Constituição Federal (BRASIL, 1988) inicia um capítulo para falar apenas dos indígenas, e apesar de curto, a autora referencia o artigo 231:

São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens (BRASIL, 1988).

O quinto subtítulo da obra foi objeto de estudo pedagógico da autora que, de forma aprofundada e elucidada, aborda o tema sobre escolas indígenas. Tema objeto de discussão na comunidade, pois muitas vezes foi um mecanismo de imposição de valores diferentes dos da comunidade indígena, um instrumento utilizado para catequizar, e realizar a integração forçada na comunidade nacional. Conforme o tempo avançou, a população indígena ressignificou esse fato e agora as escolas servem de caminho para aprender conhecimentos de fora da comunidade e manter conexões com o restante da sociedade. A autora acredita que esse seja um paradigma novo a ser enfrentado: Aprender sobre o restante do país e do mundo em contraste com o compromisso de não perder as raízes e tradições deixadas pelos antepassados. A autora possui projetos de estudo de linguística e cita também cursos de literatura indígena e interculturais que permitem uma troca entre as duas populações, bem como a valorização da tradição e da pedagogia indígenas.

No sexto subtítulo, a indígena Maria Pankararu pontua o que exatamente a FUNAI promove na formação dos indígenas no ensino superior, de forma seca e objetiva. O ministério é criado para defender os direitos dos povos indígenas, no geral. Dessa maneira, o acesso à universidade foi uma demanda relativamente recente, e o órgão exige uma política que ampara e auxilia indígenas a frequentar estas instituições, independentemente de serem públicas ou privadas.

O sétimo título do livro menciona o apoio das universidades aos povos indígenas por meio de ações afirmativas, no mesmo ano em que o capítulo foi escrito pela autora, implementando projetos de suporte para a população. Instituições de ensino como UFRJ, PUC, UFSCar, UFMG e outras tinham iniciativas específicas e autônomas para envolver a comunidade em várias áreas.

No oitavo subtítulo do capítulo, a autora descreve o programa universidade para todos (BRASIL, 2005), estabelecido em 2004 e oficializado em 2005, que propõe oferecer bolsas completas e parciais para alunos carentes que frequentaram escolas públicas ou privadas com bolsa integral, além de negros, indígenas e pessoas com deficiência.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996) foi o objeto de escrita da autora no nono subtítulo do capítulo. Conforme defende a assistência estudantil nas universidades, assim como o incentivo à pesquisa, o estudo e o prosseguimento de projetos para essa parcela da população indígena. Entretanto, a autora explica a sua preocupação com as políticas de permanência da comunidade nas universidades, bem como a incógnita: se haverá mercado de trabalho para os formandos indígenas que lograrem êxito no percurso da universidade.

Por fim, no décimo subtítulo do capítulo, a autora fala sobre a importância da reserva de vagas a partir do critério socioeconômico do critério étnico-racial. Destaca que, para essa parte da população, manter assentos livres preservará a diversidade de aspectos culturais e conhecimentos presentes. Alega que em um amanhã no qual as oportunidades e a paridade de circunstâncias entre todos estejam nas universidades, o caráter pluriétnico e multirracial do nosso povo possa ser mantido nesses centros de estudo.

A autora conclui o capítulo com a o levantamento das políticas públicas que já ocorrem e concluem o sucesso à adesão, de forma significativa, das populações mais vulneráveis nas universidades. Contudo, os resultados da entrada dos universitários nem sempre garantiam, de fato, a conclusão do curso pela falta de apoio econômico e financeiro.

Para a autora, atualmente, o ingresso já não era objeto de debate, afinal essa peça já foi defendida e exitosa, mas a falta de democratização para a permanência era um foco ainda maior de frustração e perda, visto que a sensação de abandono de uma sociedade que já os excluía.

A conclusão defende que a valorização da riqueza cultural que indígenas e afrodescendentes trazem para o ambiente acadêmico cria espaços de saberes previamente reconhecidos como imprescindíveis nas relações interculturais, por consequência, o investimento na criação de diálogos para justiça social de comunidades previamente excluídas, mas determinadas a recuperar espaços e direitos.

Referências

BRASIL. **Constituição Federal**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1988. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>; Acesso em: 07 de maio de 2024.

BRASIL. **Lei 9.934**, de 20 de dezembro de 1996. Institui a Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>; Acesso em: 07 de maio de 2024.

BRASIL. **Lei 11.096**, de 13 de janeiro de 2005. Institui o programa Universidade para Todos – PROUNI. Disponível em: <<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=11096&ano=2005&ato=201MTVE5EMRpWT7eb>> ; Acesso em: 21 de maio de 2024.

CINEP, Centro Indígena de Estudos e Pesquisa. O papel da Universidade e da Formação Acadêmica sob a Ótica das Lideranças e Acadêmicos Indígenas. **Seminário do Centro Indígena de Estudos e Pesquisa**. Brasília, 2008.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Como elaborar uma resenha de um artigo acadêmico ou científico. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**. Vol. 3, n. 7, p. 95–107, 2020. DOI: 10.5281/zenodo.3969652. Disponível em: <<http://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/41>>. Acesso em: 3 ago. 2021.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Como escrever um artigo de revisão de literatura. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**. Vol. 2, n. 5, p. 29–55, 2019. DOI: 10.5281/zenodo.4319105. Disponível em: <<http://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/122>>. Acesso em: 13 ago. 2021.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Como fazer um projeto de pesquisa de um artigo de revisão de literatura. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**. Vol. 2, n. 5, p. 01–28, 2019. DOI: 10.5281/zenodo.4319102. Disponível em: <<http://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/121>>. Acesso em: 13 ago. 2021.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Escolha do tema de trabalho de curso na graduação em Direito. **Revista Coleta Científica**. Vol. 5, n. 9, p. 88–118, 2021. DOI: 10.5281/zenodo.5150811. Disponível em: <<http://portalcoleta.com.br/index.php/rcc/article/view/58>>. Acesso em: 13 ago. 2021.

GRUPIONI, Luiz Donizeti Benzi. Contextualizando o campo da formação de professores indígenas no Brasil. Em: **Luiz Donizeti Benzi Grupioni (Org.), Formação de professores indígenas: repensando trajetórias**. 2006. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, págs.: 39-65.

OLIVEIRA, Maria das Dores de; As Políticas Públicas de Educação Superior para Indígenas e Afrodescendentes no Brasil: Perspectivas e Desafios. **Educación Superior y Pueblos Indígenas Y Afrodescendientes en América Latina. Normas. Políticas y Prácticas**. Caracas: Instituto Internacional de la UNESCO para la

Educación Superior en América Latina y el Caribe (IESALC-UNESCO), págs.: 173-206.

PAIXÃO, Marcelo; GOMES Flavio. Razões Afirmativas: pós-emancipação, pensamento social e a construção das assimetrias raciais no Brasil. Em: **Ana Cristina de Souza Mandarino e Estélio Gomberg (Orgs.), Racismos: olhares plurais**. 2010. Salvador: EDUFBA, págs.: 45-91.

TAUKANI, Estevão. Minha formação, meu povo, um só objetivo. Em: **Cadernos de Educação Escolar Indígena - 3º Grau Indígena v. 2**. 2003. Barra do Bugres: UNEMAT, págs.: 11-18.